
APROXIMAÇÕES SOCIOANTROPOLÓGICAS SOBRE A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA¹

Maria Luiza Heilborn, Tania Salem, Fabíola Rohden, Elaine Brandão
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Brasil

Daniela Knauth, Ceres Víctora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Estela Aquino, Cecília McCallum
Universidade Federal da Bahia – Brasil

Michel Bozon
Institut National d'Etudes Demographiques – França

Resumo: Este artigo tem o objetivo de discutir a construção da gravidez na adolescência enquanto um problema social. Visa também apresentar e analisar os dados da etapa qualitativa da pesquisa *Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil (Pesquisa GRAVAD)*, desenvolvida em três capitais brasileiras: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Os dados indicam o caráter indissociável da articulação entre classe social e gênero na compreensão do fenômeno da gravidez na adolescência. Entre as jovens de classes médias observa-se alterações na condução dos projetos e trajetórias escolares, que, até então, se processavam de modo linear. O mesmo não ocorre entre as jovens das classes populares, cuja irregularidade das carreiras escolares independe da maternidade. Já entre os jovens homens não há mudanças significativas, uma vez que aqueles dos estratos médios não interrompem seus projetos e percursos educacionais, e os dos grupos populares ingressam precocemente no mercado de trabalho, não sendo isto uma consequência direta da paternidade adolescente.

Palavras-chave: família, gravidez na adolescência, juventude.

Abstract: This paper aims to discuss the construction of teenage pregnancy as a social problem. It also seeks to present and analyze the data of the qualitative phase of the research study *Teenage Pregnancy: A Multicentric Study of Young*

¹ Este artigo é resultado das discussões coletivas dos dados qualitativos da pesquisa GRAVAD por todos os seus participantes. Por isto que, pouco usual na área da Antropologia, sua autoria é creditada a todos eles.

People, Sexuality and Reproduction in Brazil (GRAVAD study) undertaken in four Brazilian capitals: Porto Alegre, Rio de Janeiro and Salvador. The data indicate the indissoluble character of the articulation between social class and gender in the understanding of the phenomenon of teenage pregnancy. Among girls from the middle class we observe alterations in their management of their school projects and course, which, until that point, were processed in a linear manner. The same does not occur among girls from lower income groups whose irregularity in school life is independent of motherhood. Among the young men there are no significant changes, since middle class boys not interrupt their school projects or courses, and boys from lower income groups enter the work force precociously, and this is not a direct consequence of teenage fatherhood.

Keywords: *family, teenage pregnancy, youth.*

A gravidez na adolescência está na ordem do dia. Este artigo tem um duplo objetivo: primeiro, explicitar as premissas que norteiam o projeto GRAVAD, iniciado em 1998, que consiste em um estudo socioantropológico na área de saúde coletiva com vistas à compreensão do fenômeno nas grandes cidades brasileiras; e, segundo, empreender uma análise do material oriundo de sua primeira etapa de investigação: a qualitativa. O projeto objetiva descrever as condições estimuladoras da gravidez na adolescência (GA) e o seu impacto nas biografias de sujeitos de ambos os sexos². A investigação combina procedimentos qualitativos e quantitativos. Estes últimos referem-se à aplicação de 4.500 questionários, mediante amostra domiciliar, equitativamente distribuídos entre Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre, ocorrida nos meses de outubro a dezembro de 2001. Essa fase foi precedida pela realização de 123 entrevistas semi-abertas nessas três capitais (1999-2000).

² O projeto *Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil* (Pesquisa GRAVAD) foi elaborado, originalmente, por Maria Luiza Heilborn (IMS/UERJ), Michel Bozon (INED, Paris), Estela Aquino (MUSA/UFBA), Daniela Knauth (NUPACS/UFRGS) e Ondina Fachel Leal (NUPACS/UFRGS). A pesquisa está sendo realizada por três centros de pesquisa: Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde, do IMS/UERJ; Programa de Estudos em Gênero e Saúde do, ISC/UFBA; e Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde, da UFRGS. O grupo de pesquisadores compreende Maria Luiza Heilborn (coordenadora), Estela Aquino, Daniela Knauth, Michel Bozon, Ceres G. VICTORA, Fabíola Rohden, Cecília McCallum, Tania Salem e Elaine Reis Brandão. O consultor estatístico é Antonio José Ribeiro Dias (IBGE). A pesquisa é financiada pela Fundação Ford e conta com o apoio do CNPq.

Enquanto os estudos sobre a gravidez na adolescência priorizam mães adolescentes dos estratos sociais mais desfavorecidos, o projeto GRAVAD amplia o universo da pesquisa para fins de análise contrastiva e abrangente. Um sistema de cotas pré-definido norteou a seleção dos informantes da etapa qualitativa, contemplando não só homens e mulheres pertencentes às classes populares e às médias, mas, também, no interior de cada uma dessas quatro categorias, sujeitos *com* e *sem* experiência de parentalidade³ no decorrer da adolescência. Foram entrevistados jovens de 18 a 24 anos à luz da técnica de reconstrução retrospectiva de biografias. Inquirir pessoas pertencentes a uma faixa etária subsequente ao que se convencionou definir como *adolescência* (10 a 19 anos), além de possibilitar distanciamento e avaliação da história progressa, permitiu contornar uma das grandes dificuldades dos estudos com adolescentes: a autorização de um responsável para a participação na pesquisa. O roteiro de entrevistas incidiu na recuperação das trajetórias escolar, de trabalho, familiar e afetivo-sexual, incluindo-se, na última, uma eventual parentalidade adolescente. Questões concernentes a gênero, sexualidade e reprodução (aí incluídas práticas contraceptivas e preventivas) foram abordadas. Sendo a amostra qualitativa intencionalmente não-aleatória, ela não é estatisticamente representativa do fenômeno da gravidez na adolescência, mas é sociologicamente elucidativa acerca dos diferentes perfis juvenis no tocante à vida sexual e reprodutiva.

Este artigo propõe-se, assim, descrever o enquadramento sociológico, a partir do qual o projeto GRAVAD dialoga com o paradigma interpretativo dominante sobre o tema, e empreender uma análise inicial do material oriundo das entrevistas. Visa, também, discutir o impacto da parentalidade na trajetória educacional e profissional dos jovens. Tal objetivo pressupõe o entendimento prévio das especificidades do processo de transição à vida adulta nos dias atuais, articulado com o que se designa de “prolongamento da juventude” (Casal, 1997; Galland, 1997; Pais, 1993). A discussão de como esse fenômeno se modula em função de *classe social* e *gênero* revela percursos e perfis juvenis bastante heterogêneos, bem como diferentes repercussões de uma eventual parentalidade adolescente. Sustenta-se, também, que o impacto dessa experiência nas trajetórias escolar e de trabalho só pode ser apreendido mediante uma comparação com o modo como são

³ O termo *parentalidade* engloba a idéia de maternidade e de paternidade. O neologismo visa suprir a falta de uma palavra em português, correspondente a *parenthood* na língua inglesa (Heilborn, 1993, p. 69).

conduzidas tais carreiras entre os jovens cujas biografias desconhecem a reprodução *precoce*.

Sociologizando a *gravidez na adolescência*

A gravidez na adolescência não constitui um fenômeno novo no cenário brasileiro. Acompanhando uma tendência internacional, ela assume, entre nós, sobretudo nas últimas décadas, o estatuto de *problema* social, para o qual convergem a atenção dos poderes públicos, de organismos internacionais e da sociedade civil. *Sociologizar* o fenômeno em pauta importa, em primeiro lugar, identificar as condições sociais e históricas que propiciaram a emergência da gravidez na adolescência como um *problema*, os atores que se mobilizam em torno dele e sua representação atual. Entender a construção social do problema significa empreender sua relativização. Em segundo lugar, implica responder às insatisfações com o paradigma analítico dominante e fundar o exame em uma perspectiva sociológica.

O projeto GRAVAD propõe-se, assim, a a) subordinar o critério estritamente etário que informa os trabalhos sobre gravidez na adolescência em prol do conceito de *juventude*; b) inserir o estudo da gravidez na adolescência no quadro analítico da *aprendizagem e experimentação da sexualidade com parceiro*, considerando-se as especificidades do que se convencionou chamar de “cultura sexual brasileira” (Parker, 1991) – sob essa perspectiva, a ocorrência de uma gravidez na adolescência passa a ser encarada como uma possibilidade na trajetória juvenil; c) contemplar as profundas disparidades econômicas e culturais entre as classes no Brasil e a forte segregação entre os papéis femininos e masculinos que vigora na nossa cultura, discriminando o fenômeno segundo *gênero* e *classe social*. Assuma-se que esses dois vetores modelam as trajetórias juvenis e/ou formas de passagem à vida adulta, afastando pretensões homogeneizadoras que o conceito de juventude (e do seu prolongamento) possa fazer supor. As repercussões de uma gravidez na adolescência, nas biografias dos sujeitos, bem como os fatores que a estimulam ou, ao contrário, a previnem, devem ser avaliados com base nas considerações de gênero e das condições materiais e simbólicas de existência onde ela ocorre.

Em resumo, significa tratar o fenômeno da gravidez na adolescência inserindo-o em um campo analítico mais amplo: o da sexualidade, gênero e

juventude, sempre especificados à luz das distinções de classe. O compromisso com a sociologização do tema expressa-se ainda no intuito de contextualizar, relativizar e fazer ressaltar a heterogeneidade de experiências sob o rótulo *gravidez na adolescência*.

A construção social do problema: fatores e atores

Sob o termo *gravidez na adolescência* abriga-se uma faixa etária que, por muito tempo, foi considerada a ideal para a mulher ter filhos. Como então explicar que esse mesmo evento seja hoje qualificado como *precoce*? No Brasil, ocorreu, nas gerações recentes, um aumento na proporção de mulheres que dão à luz antes dos 20 anos; esse incremento, contudo, não é significativo por si só para justificar o caráter corrente de *problema social*. O trabalho de Melo (1996) indica que entre 1970 e 1991 houve pouca variação nas taxas específicas de fecundidade entre as mulheres de 15 a 19 anos no país todo. A mobilização social em torno de um *problema* não necessariamente coincide com um incremento na sua magnitude: transformações processadas no contexto onde ele se insere são, muitas vezes, mais relevantes para elucidar a preocupação social que suscita. Por conseguinte, é tão importante examinar o que faz aumentar o número de gravidezes entre adolescentes no Brasil, quanto discriminar os fatores instigantes da maior *visibilidade* do fenômeno.

A gravidez na adolescência deve ser enquadrada na cena da rápida transição demográfica brasileira, em curso desde meados dos anos 60, e caracterizada no final da década de 90 por uma redução expressiva da taxa de fecundidade no nível da reposição das gerações e pelo aumento da taxa do uso de contracepção (BEMFAM, 1999; Camarano, 1998a). Entre 1965 e 1995, a fecundidade declina de quase 6 crianças por mulher para um pouco mais de 2 (Berquó, 1998). A fecundidade adolescente, ao contrário, vem aumentando sua participação relativa na fecundidade total, passando de 7,1%, em 1970, para 14,1%, em 1991, considerando-se que a fecundidade nos demais grupos etários declinou no período analisado (Bozon; Enoch, 1999). O fato de a fecundidade adolescente ir na direção inversa da transição demográfica gera o aumento de sua visibilidade e a torna intrigante.

O fenômeno também ganha importância no cenário de mudanças operadas na concepção social das idades⁴ e do gênero que redefinem as expectativas sociais depositadas nos jovens nos dias atuais, sobretudo nas adolescentes do sexo feminino. Parecem ser precisamente as chances abertas às jovens, no que diz respeito à escolarização, à inserção profissional, ao exercício da sexualidade desvinculado da reprodução, que fundamentam uma nova sensibilidade quanto à idade ideal para se ter filhos. Nesse panorama, a gravidez na adolescência desponta como um desperdício de oportunidades, uma subordinação – precoce – a um papel do qual, durante tanto anos, as mulheres tentaram se desvencilhar. Essa argumentação subestima o fato de esse leque de oportunidades sociais não ser igualmente oferecido para jovens de diferentes classes e, além disso, supõe como universal o valor ou o projeto de um novo papel feminino.

Em suma, é como se as mães adolescentes, além de desmerecerem as supostas novas chances oferecidas aos jovens em geral, se encontrassem em uma dupla contramão: na das mudanças demográficas e na da emancipação feminina, aumentando, assim, a visibilidade e também a indignação dirigida à gravidez na adolescência⁵.

A representação contemporânea da gravidez na adolescência resulta do concurso de pelo menos três modalidades de discurso, que foram paulatina e consecutivamente se imiscuindo no campo. A cada entrada de novos especialistas na cena correspondem inflexões discursivas no que concerne às determinações, conseqüências e também à modalidade de risco que dela decorre (Brandão, 2001). Assim, quando o discurso biomédico foi sucedido, nos anos 70, pelo psicológico, a ênfase nos perigos advindos de uma gravidez *precoce* para a saúde materno-infantil cede espaço aos riscos psicossociais, condensados na categoria de *imaturidade psicológica* das adolescentes. Essas tônicas discursivas se agregam, conforme ilustrado em

⁴ A reflexão sobre a construção social das idades, da qual Ariès (1978) e Béjín (1985) são referências importantes, se contrapõe a uma concepção essencialista das idades/geração ao enfatizar que os sentidos atribuídos a um dado período de vida se alteram em função das temporalidades históricas e das distintas inscrições sociais dos agentes (Attias-Donfut, 1991).

⁵ Todavia, há fatos novos nesse cenário que não devem ser menosprezados. Por exemplo, alguns estudos salientam que, entre 1993 e 1997, verificou-se no SUS um aumento de cerca de 20% do total de partos de meninas de 10 a 14 anos (Souza, 1998, p. 3). Também merece ser considerado o aumento, verificado nas últimas três décadas, da proporção de gravidezes na adolescência fora dos marcos de uma relação mais estável (Longo; Rios-Neto, 1998). Essa *ilegitimidade* contribui, sem dúvida, para sua rotulação como um *problema social*.

texto do final dos anos 90: “Além da maternidade precoce implicar em *incapacidade fisiológica para gestar e incapacidade psíquica para criar*, ela apresenta alta probabilidade de levar a criança a contrair doenças infecto-contagiosas, gastrintestinais, acidentais, etc.” (Camarano, 1998b, p. 44, grifo nosso). A essas perspectivas soma-se, a partir dos anos 80, um arrazoado sobre as conseqüências nefastas acarretadas pela GA no contexto social. Argumenta-se que o incremento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres implica o agravamento da pobreza dessas unidades domésticas, redundando no aumento da delinqüência e da criminalidade. O abandono escolar por parte das mães adolescentes e sua decorrente inserção precária no mercado de trabalho são também invocados para caucionar a tese de que, se a GA não instaura uma situação de marginalidade social e econômica, ela certamente a agrava. São esses discursos que informam a percepção da gravidez na adolescência no senso comum e na mídia.

Essas abordagens estão ancoradas em alguns fundamentos compartilhados sobre a gravidez na adolescência. Versão homogênea, associada às noções de *problema* e de *risco* e construída por meio de uma identificação simplificadora entre gravidez na adolescência e as mães adolescentes pobres e solteiras, que passam a ser encaradas como a população-alvo de uma ação profilática. Essa identificação acarreta uma dupla ocultação: a dos pais adolescentes e a dos diferenciais de classe. Com efeito, o conhecimento acerca dos pais adolescentes é limitado e, quando muito, apreendido por meio da percepção de suas parceiras. Silenciar sobre diferenças no modo das classes sociais lidarem com a gravidez na adolescência também reforça a versão estereotipada e simplificadora que se tem do fenômeno. Os discursos dominantes sobre a gravidez na adolescência comungam ainda a entronização do fator *idade*, ao qual é dado supremacia em relação às condições sociais que contextualizam ou conformam o problema. Deve-se considerar, por último, a identificação corrente entre gravidez na adolescência e parentalidade ou gestação levada a termo. Esse deslizamento semântico subestima a magnitude da *gravidez na adolescência*, porque desconsidera os casos em que as gestações foram interrompidas de modo espontâneo ou provocado. Certamente, o fato do aborto ser uma prática ilegal no país condiciona o uso corrente da categoria nessa direção e dificulta sua mensuração, mas o tema merece, sem dúvida, ser contemplado no quadro da gravidez na adolescência⁶.

⁶ Por meio da recuperação nas entrevistas realizadas das experiências e dos relatos de abortos provocados e espontâneos, o projeto GRAVAD se dispõe a contornar esse problema, conforme será apresentado em futuros trabalhos.

As premissas do projeto GRAVAD: trajetórias juvenis, gênero e classe social

O foco de interesse do projeto GRAVAD recai sobre os sistemas de representações dos próprios atores envolvidos no processo. Valorizar o discurso juvenil implica se deparar com uma *diversidade* de situações encobertas sob o rótulo homogeneizador de *gravidez na adolescência*. A GA pode ser tida como *inesperada* ou ser fruto de uma programação; pode resultar em vínculo, com separação posterior; em relações mais estáveis e duradouras; ou, ainda, não resultar em vínculo (quando o rapaz nega a paternidade). Ela pode redundar na parentalidade *irresponsável*, ou, ao contrário, configurar-se como um antídoto contra a anomia para os adolescentes. Mesmo quando *assumida* pelo parceiro, a gravidez e a parentalidade podem desembocar em arranjos domiciliares distintos: não-coabitação, coabitação parcial ou dupla moradia. Sobressaem, ainda, avaliações díspares e ambivalentes acerca da experiência. Essas são facetas possíveis e virtualidades constitutivas do fenômeno da GA.

O critério estritamente etário, presente na definição de adolescência proposta pela OMS – a gravidez *precoce* abarca a ocorrida entre os 10 e os 19 anos –, merece reparo. Relativizar essa definição médica faz salientar que essa classificação etária peca pela amplitude e encobre realidades bem distintas. Os riscos para a saúde materno-infantil não são equivalentes na maternidade aos 10 anos e naquela que ocorre aos 19. Restringir o escopo etário não responde, contudo, a diversas questões espinhosas. Há outros dilemas na definição: a estratégia de incorporar o pai na cena abre a possibilidade de só ele ser um adolescente – nessa eventualidade, a designação de *gravidez na adolescência* deve ser mantida? Há uma distinção sociologicamente significativa entre uma gravidez na qual apenas um dos parceiros é adolescente daquela que ocorre *entre* dois adolescentes? A condição etária dos genitores não merece estar subordinada ao fato de a gravidez ocorrer dentro ou fora dos marcos de uma relação conjugal? Sendo a gravidez na adolescência comumente associada a uma ausência de planificação (falta de informação, ignorância dos métodos contraceptivos, etc.), é pertinente aplicar a designação para os casos em que a gestação decorre de uma programação dos parceiros? E ainda, está-se diante de um mesmo fenômeno que atinge e tem repercussões iguais sobre todos os adolescentes, independentemente dos contextos socioculturais nos quais se inserem? Essas e outras

indagações são reveladoras de que o privilégio conferido ao critério etário obscurece o concurso de outras variáveis, sociais e culturais, que, quando consideradas, complexificam a questão, instigando, inclusive, a *repensar a própria definição do que seja uma gravidez na adolescência*. Trata-se de colocar em perspectiva o fato de a idade não ser uma dimensão meramente natural e tampouco universal. Ser um ou uma adolescente, pertencer às classes sociais privilegiadas ou às mais desfavorecidas, são formas de pertencimento que introduzem especificidades fundamentais no modo como *sujeitos de 10 a 19 anos* organizam seus projetos de vida, ensaiam a sexualidade e experimentam a própria adolescência.

O projeto GRAVAD adota o critério etário como *provisório* na definição da maternidade e paternidade adolescentes – como forma de viabilizar o diálogo e estabelecer comparações internacionais. Espera-se, ao final da pesquisa, que se possa fornecer subsídios para rediscutir a própria noção de *gravidez na adolescência*. Relativiza-se a proeminência dada à idade pela adoção do conceito de *juventude*. Esse conceito enfatiza a idéia de processo ou transição para a vida adulta (Galland, 1997), na qual delineiam-se, *grosso modo*, duas carreiras: a escolar-profissional e a familiar-conjugal. Do ponto de vista das expectativas sociais que recaem sobre essa etapa vital, prevê-se que, idealmente ao menos, o investimento maior esteja alocado na carreira escolar, entendida como pré-requisito para uma inserção no mercado de trabalho em melhores condições. Essa passagem possibilitaria a emancipação do jovem frente à sua família de origem, permitindo, simultaneamente, a constituição de sua própria casa e família. Uma vez completadas essas transições, ter-se-ia a entrada do jovem na vida adulta. Contudo, o sentido linear, previsto nesse modelo, reveste-se, na atualidade, de algumas complicações, redundando no que se designa de *prolongamento da juventude*. A consideração de classe social e de gênero na análise complexifica o cenário: ela evidencia trajetórias juvenis extremamente heterogêneas, problematizando quaisquer veleidades homogeneizadoras (Bourdieu, 1983) que a idéia de juventude e/ou de seu prolongamento possam suscitar.

A centralidade concedida à idéia de *juventude como processo* se operacionaliza na ênfase conferida à noção de *trajetórias*. Essa opção analítica desaloja a descrição estática da vida dos jovens em prol da recuperação de um movimento, não necessariamente linear, presente nos seus trajetos. O uso da noção de trajetórias não se limita às carreiras escolar-profissional e à familiar-conjugal. Considera-se também as trajetórias

contraceptivas dos jovens, indagando sobre sua consistência ou erraticidade e sobre eventos significativos na biografia dos sujeitos capazes de promover rupturas no modo de se posicionarem frente ao assunto.

As trajetórias educacionais, profissionais e afetivo-sexuais e a articulação com a ocorrência de uma gravidez na adolescência, bem como a formulação de um projeto de vida, são o cerne do projeto GRAVAD. Indaga-se não só sobre o impacto que o evento acarreta sobre esses percursos juvenis, mas também em que medida determinados perfis juvenis podem instigar uma gravidez na adolescência.

Uma das principais transições operadas na adolescência é a passagem ao exercício da sexualidade com parceiro, que se desenrola paralelamente a uma solidificação de práticas e significados associados à contracepção e à reprodução. Os comportamentos sexuais e reprodutivos – incluindo-se uma eventual gravidez e parentalidade adolescentes – só adquirem sentido pleno à luz da *construção e das representações de gênero*, ou seja, do modo como cada gênero representa a si próprio, o outro e a relação entre eles. A título de ilustração, a vigência de uma lógica assimétrica de/entre gêneros – que a literatura assinala ser uma característica da cultura brasileira – dificulta a negociação do uso de contraceptivos e práticas preventivas entre parceiros, afirmando-se assim como um dos co-fatores de risco que predis põem a uma gravidez na adolescência⁷. A idéia é pertinente no quadro das novas modalidades de relacionamento juvenis no Brasil, condensadas no *ficar* (Bozon; Heilborn, 2001). Em contraste com o padrão mais estável, previsível e seqüencial do namoro, o *ficar*, além de não envolver *compromisso* entre os parceiros, funda-se na imprevisibilidade: ele pode resumir-se a um encontro (com ou sem ato sexual) ou desembocar em um namoro. O *ficar* radicaliza a imprevisibilidade e a intermitência que caracterizam as relações sexuais juvenis. Esta modalidade de relacionamento parece comprometer, ainda mais, o exercício da decisão feminina no que diz respeito à contracepção e à prevenção, tendo em vista a pouca intimidade entre os parceiros, cujas repercussões são agravadas em um cenário regido pela lógica assimétrica de gêneros. Esses impasses são reforçados pela atitude dos homens (que encontra expressão modelar entre os de classes populares), que, diante de parceiras

⁷ Heilborn destaca que “as mulheres encontram-se em posição desvantajosa para negociar o uso da camisinha, em função do cenário das relações de gênero: sendo estas estruturadas com base em uma assimetria de prestígio e autoridade particularmente reveladora no encontro sexual, o exercício da decisão feminina torna-se problemático” (1999, p. 56).

fortuitas, encaram a contracepção como um problema feminino, mas reservam para si a palavra final quanto ao uso da camisinha. Nas palavras de um informante: “Eu não uso camisinha. Conhecendo ou não a parceira, eu não uso. Vai da vontade do homem, né?” (rapaz, 22 anos, 1 filha, solteiro com união, classe popular, Porto Alegre).

As representações, valores e comportamentos que modelam a construção de gênero vão se consolidando no decorrer da adolescência. Duas agências são centrais na transmissão desses valores: a família e o grupo de pares. A autonomia progressiva frente à família expõe fortemente os jovens à cultura do grupo de pares. Eventuais pressões contraditórias decorrentes de influências divergentes expressa-se de forma privilegiada no modo como as adolescentes experimentam sua sexualidade.

As enormes disparidades econômicas, sociais e culturais entre as classes no Brasil impõem modulações consideráveis no fenômeno da juventude e da gravidez na adolescência. No que concerne à articulação entre classes sociais e gravidez na adolescência, interessa avaliar em que medida as condições materiais de existência incitam ou inibem a gravidez precoce, definem padrões de tomadas de decisão diante de sua ocorrência, e, ainda, qual o impacto de uma eventual gestação nos projetos desses jovens, discriminando-os por classe social e gênero.

O projeto GRAVAD postula que uma gravidez adolescente envolve, além dos parceiros, as respectivas famílias de origem, cabendo, assim, também examinar os rearranjos e qual das redes familiares, preferencialmente, promove a gravidez na adolescência. A família assume relevância em virtude de especificidades atuais da passagem à vida adulta, sumarizadas na expressão *prolongamento da juventude*: extensão da dependência dos jovens com relação aos pais. Classe social e gênero são os vetores que estruturam toda a pesquisa. De seu cruzamento, derivam quatro grupamentos – homens e mulheres de classes populares, mulheres e homens de classes médias – os quais, dependendo do tema em pauta, ensejam diferentes modos de combinação. Diante de certas questões, a localização dos sujeitos na estrutura social revela-se mais importante em termos de sua capacidade interpretativa; diante de outras, contudo, os constrangimentos de gênero mostram-se mais poderosos que os de classe.

Prolongamento da juventude: a experiência das classes médias

Depreender o impacto de uma parentalidade adolescente sobre a carreira escolar e profissional dos jovens pressupõe o entendimento prévio de duas outras dimensões. Em primeiro lugar, a de como se estruturam os percursos entre jovens que não tiveram suas biografias pontuadas por essa experiência. A descrição das *trajetórias* atende ao interesse de dar ênfase ao modo como esse grupo de informantes articulava estudo e trabalho *no momento da entrevista*, de forma a permitir uma comparação com aqueles que experimentaram a parentalidade na adolescência. Em segundo, deve-se examinar o fenômeno do *prolongamento da juventude* segundo classe social e gênero para especular sobre suas articulações com a parentalidade adolescente.

A literatura sobre juventude salienta que mudanças ocorridas no cenário mundial a partir dos anos 70 tornaram a passagem à vida adulta bem mais complexa (Galland, 1997)⁸. Em contraste com gerações passadas, as transições à vida adulta (a autonomização familiar-residencial e a escolar-profissional) não acontecem sincronicamente. É possível mesmo a reversibilidade da autonomia (Pais, 1993), e o retardamento das conquistas juvenis na carreira profissional redonda em uma postergação de sua independência material e domiciliar em relação aos pais.

O fenômeno do *prolongamento da juventude* tem recebido explicações até certo ponto divergentes. Salientam-se as novas oportunidades abertas aos jovens na atualidade, traduzidas pela expansão da escolaridade com vistas a melhor inserção profissional e social; em outros momentos, invoca-se um contexto adverso à realização dessas mesmas expectativas, caracterizado pela conjuntura recessiva, pela contração das chances de ingresso ou de sucesso no mercado de trabalho e pelo aumento do desemprego. É pertinente indagar em que medida os fatores estruturais que condicionam o *prolongamento da juventude* são expressivos de diferentes condições materiais de existência; e, ainda, se e como diferenciais de gênero introduzem

⁸ Galland (1997), por exemplo, destaca dois modelos de passagem à vida adulta: um, o *tradicional*, no qual a transição, além de se processar de forma rápida, se caracteriza pela simultaneidade entre as diferentes passagens. Este modelo sintoniza-se com o modo como os jovens das classes trabalhadoras operam a passagem à idade adulta. O segundo substancia-se no *prolongamento da juventude* e se atenta no prolongamento dos estudos e conseqüente retardamento do ingresso no mercado de trabalho e de formação de uma nova família. Afora o adiantamento na consecução dessas passagens, as trajetórias juvenis não se encontram sincronizadas, nem apresentam um sentido linear.

especificidades na passagem à vida adulta. Essas questões assumem relevância em uma sociedade como a brasileira, caracterizada por um fosso significativo, senão intransponível, entre classes sociais, e pela persistência das diferenças entre o masculino e o feminino. Essas particularidades socioculturais fazem com que os perfis e trajetórias juvenis se apresentem, entre nós, como mais heterogêneos em comparação ao verificado nos países desenvolvidos (Heilborn et al., 2001).

O modelo do *prolongamento da juventude* encontra expressão mais clara entre os informantes das classes médias. A esmagadora maioria dos jovens que não teve suas biografias pontuadas pela parentalidade na adolescência vivia na casa dos pais e era economicamente dependentes deles. Embora não se possa desprezar a contração de oportunidades no mercado de trabalho, as aspirações juvenis forjadas na atualidade e o prolongamento dos estudos que elas instigam contribuem para o alongamento da dependência material e residencial desses informantes. Dando prosseguimento a uma trajetória escolar, em geral sem interrupções, a maioria dos entrevistados cursa faculdade ou pós-graduação⁹, e seus depoimentos valorizam a *carreira* profissional. O trecho da entrevista de uma informante ilustra o quanto seu calendário, presente e futuro, encontra-se marcado por seu projeto escolar e profissional: “Eu não tenho tempo pra namorado: tô fazendo faculdade e estudando” (moça, 22 anos, solteira, sem filhos, classe média, Rio de Janeiro).

Não há, em termos típicos, uma sequencialidade entre a carreira escolar e a de trabalho: o número de rapazes e moças que nunca havia trabalhado devido a uma dedicação exclusiva aos estudos mostrou-se pequeno e consistia de jovens provenientes dos estratos superiores das classes médias. Poucos eram os que, no momento da entrevista, limitavam-se a estudar. A variável gênero não se revelou discriminativa. A maioria dos informantes de classes médias sem parentalidade na adolescência e vivendo com os pais auferia algum tipo de renda própria, seja devotando-se exclusivamente ao trabalho, seja conciliando-o com os estudos. A informação relativiza, à primeira vista, a dependência com relação aos pais. Contudo, o ingresso desses jovens no mercado de trabalho é bem mais tardio do que o verificado nas classes populares, e a renda auferida é exclusivamente para uso pessoal, significando apenas uma contribuição indireta para a renda familiar (“conta

⁹ Os poucos jovens entrevistados envolvidos em cursos de pós-graduação pertenciam aos estratos superiores das classes médias.

daqui de casa, eu nunca paguei” [moça, 22 anos, solteira, sem filhos, classe média, Rio de Janeiro]). A remuneração obtida nunca é suficiente para garantir o auto-sustento: muitos continuam a receber *mesada* e/ou a ter seus cursos superiores pagos pelos pais. As experiências de trabalho encontram-se geralmente vinculadas às ambições de carreira e, em muitos casos, o sentido de *experiência*¹⁰, de preparação para uma posição profissional futura eram priorizados sobre a renda obtida. Essas apostas contribuem para retardar a independência material e residencial dos jovens com relação aos pais:

No momento recebo, como assistente de pesquisa, uma bolsa de R\$ 750,00. Mas, se minha orientadora conseguir uma verba menor no ano que vem, eu não vou deixar de trabalhar com ela só porque ela só pode me pagar R\$ 250,00. (moça, 22 anos, solteira, sem filhos, classe média, Rio de Janeiro).

Tô ganhando mil e pouquinho como analista de sistema. Estou me destacando muito, graças a Deus: meu trabalho está sendo reconhecido. Mas estou indo bem devagarinho. Tenho recebido novas propostas de emprego muito boas fora do meu trabalho, mas eu acho que ainda não tá na hora de olhar pro dinheiro. Tô olhando mais pra... continuidade. (moça, 22 anos, solteira, 1 filha, classe média, Rio de Janeiro).

O ambiente familiar nas classes médias é esclarecedor sobre essa dependência juvenil. Salvo exceções, os pais concordam com os projetos dos jovens, dispendo-se a sustentá-los durante o prolongamento dos estudos, quando não a pagar os mesmos. A continuação da dependência material é simultânea a transformações no cenário familiar, que redundam em um menor enfrentamento simbólico entre as gerações. Muitos informantes salientam que o relacionamento com os pais foi sempre pautado no *diálogo*, e eles são expressamente qualificados como *abertos* ou *liberais*¹¹. A dependên-

¹⁰ A categoria de *experiência* (que condensa a idéia de algo que enriquece) aparece com frequência no depoimento dos jovens de camadas médias, seja quando se referem ao trabalho, à primeira relação sexual ou, ainda, à parentalidade adolescente.

¹¹ Os adjetivos apareciam, por exemplo, quando se lhes indagava sobre as primeiras informações sexuais. Os entrevistados se reportam a conversas sobre sexualidade e assuntos afins com seus pais, mas essas informações podem ser também transmitidas de forma indireta: o livro *De Onde Viemos* é mencionado com frequência nas entrevistas femininas e masculinas como tendo lhes sido dado pelos pais no princípio da adolescência.

cia material coexiste com a autonomia e liberdade em suas vidas privadas, o que se evidencia na maior tolerância parental diante do exercício da sexualidade tanto dos filhos quanto das filhas. Em alguns casos, os jovens têm acesso à prática do sexo dentro de suas próprias casas: vicissitudes da vida urbana (violência, criminalidade, etc.) contribuem para a condescendência e liberalidade paternas, e funcionam como justificativas para essa aceitação. Esse novo panorama das relações intergeracionais é elemento central no quadro do *prolongamento da juventude*, pois não cria estímulos adicionais para que o jovem deixe a casa dos pais.

Contudo, seria precipitado concluir que esses jovens não desejam a autonomia financeira ou residencial. Há casos – sobretudo nas classes médias mais desfavorecidas – em que a figura paterna reclama do prolongamento da dependência dos filhos, pressionando-os a ingressarem no mercado de trabalho¹². Mesmo sem essa pressão, são muitos os informantes que manifestam o anseio de se tornarem independentes dos pais. Mas essa aspiração, subordinada aos projetos de carreira, não se concretiza a qualquer preço: o padrão de vida e o nível de conforto que usufruem na casa dos pais são explicitamente afirmados como mais uma razão para nela permanecerem. Há, assim, um sentido de *escolha* no *prolongamento da juventude*.

A dependência residencial dos jovens de classes populares

A maioria dos informantes de classes populares que não teve suas biografias marcadas pela parentalidade adolescente também permanecia coabitando com familiares de origem. Porém essa dependência residencial encobre especificidades que os distinguem dos informantes de classes médias.

As precárias condições de existência, agravadas pelas contrações de oportunidades no mercado de trabalho, retêm os jovens das classes populares no seio das famílias de origem. É significativo o número de entrevistados, sobretudo do sexo masculino, que estavam *desempregados*. Nessas circunstâncias, além de coabitarem com seus pais e/ou parentes, os jovens permanecem economicamente dependentes deles; mas, tal situação, muitas vezes de longa duração, assume um caráter mais conjuntural do que estrutural.

Os condicionamentos de classe têm nítido impacto no modo como se estruturam as trajetórias escolar e de trabalho. Em contraste com a continui-

¹² Um dos entrevistados declarou: “Desde que eu tinha 14 anos, meu pai fica jogando na minha cara que eu tenho que trabalhar” (rapaz, 20 anos, solteiro, sem filhos, classe média, Rio de Janeiro).

dade e o alongamento dos estudos dos jovens de classes médias altas, os percursos escolares das classes populares são muitas vezes breves e marcados por várias repetências e interrupções. Mudanças de domicílio, precariedade das redes de ensino público e ainda a violência – seja nas próprias escolas, seja nas áreas onde elas se localizam – são arroladas como razões para a evasão escolar, temporária ou definitiva¹³. Outros motivos dizem respeito à equação *internalidade feminina/externalidade masculina em relação à casa*¹⁴. Esse *diferencial de gênero* – que se afirma como mais marcante nas classes populares do que nas médias superiores – justifica a pertinência de examinar separadamente os depoimentos femininos e masculinos para deprender como se estruturam as trajetórias escolar e profissional.

Os depoimentos dos homens não deixam dúvida de que o motivo principal para a evasão escolar reside em sua inserção, por volta dos 13 anos, no mercado de trabalho. A dificuldade de conciliar essas atividades (*cansaço, falta de tempo*), associada ao forte anseio de ter o *próprio dinheiro*, deságua em privilégio conferido ao trabalho em detrimento dos estudos¹⁵. As trajetórias ocupacionais masculinas caracterizam-se pela multiplicidade e extrema variedade de ocupações, geralmente no mercado informal. Em contraste com o ideário das classes médias abastadas, o trabalho não se encontra revestido de uma conotação de *realização pessoal*, de *experiência*, ou de degrau de uma *carreira*. É entendido, primordialmente, como um meio de sobrevivência, o qual, tendo em vista o espectro do desemprego, deve ser mantido independentemente de outras considerações: “Eu não queria estar nesse trabalho, não; eu estou por *falta de opção*. Hoje é tão difícil arrumar emprego... então, o que vier, você tem que segurar mesmo, senão...” (rapaz, 20 anos, amigado, 1 filho, classe popular, Rio de Janeiro).

¹³ Também não deve ser menosprezada a relativa descrença na eficácia do sistema educacional de promover uma melhoria nas suas condições de vida: “Com o estudo a gente ganha sabedoria, mas não ganha o pão” (moça, 19 anos, noiva, sem filhos, classe popular, Rio de Janeiro). Alguns informantes diziam-se arrependidos de ter interrompido os estudos e afirmaram a pretensão de retomá-los. A concretização desse projeto tendia a se verificar mais entre as mulheres do que entre os homens.

¹⁴ Heilborn assinala, no tocante aos meninos de classes populares, uma coincidência entre o calendário de iniciação sexual e o de sua experiência mais regular no mercado de trabalho, e propõe que “se trata de um movimento físico e moral de exteriorização em relação ao mundo da casa. Em termos estruturais é, antes, uma expulsão que o mundo da casa realiza com seus membros masculinos” (1996, p. 133).

¹⁵ É muito comum que os informantes se refiram ao abandono escolar como uma decisão que partiu deles próprios, a qual era mantida às expensas de uma eventual oposição dos pais. Uma vez que a renda auferida pelos garotos era em geral usada para consumo próprio (sendo assim uma contribuição apenas indireta para a renda familiar), cabe indagar se sua inserção precoce no mercado de trabalho não é legitimada pelos familiares.

A vivência de classe incita, por isso, um ajuste contínuo das expectativas e aspirações desses rapazes. A ambição expressa por muitos sugere um anseio por um mínimo de estabilidade material: conseguir um emprego, se manter nele e, como coroamento, *ter carteira assinada*. O estreito horizonte de oportunidades restringe a possibilidade de planejamentos futuros e de previsões a médio ou longo prazo, resultando numa espécie de *presentificação* da vida, tal como destacou um informante: “Pra mim, o futuro é o presente”. A idéia de *projetos* cede lugar à de *sonhos*: “Se eu tivesse condições de tentar vestibular e faculdade, eu ia ser um advogado um dia. E de um advogado, quem sabe um juiz, um dos melhores, procurando ajudar o trabalhador e não o empregador” (rapaz, 24 anos, solteiro, 1 filha, classe popular, boy em um escritório de advocacia, Salvador).

A exterioridade masculina em relação à casa se expressa também na *obrigação moral* dos rapazes em relação aos familiares de origem¹⁶. Em contraste com o verificado nas classes médias, a coabitação com os familiares não os isenta de comparecer financeiramente no sustento da unidade doméstica: algumas *contas* são da inteira responsabilidade dos jovens, a não ser quando desempregados. Muitos afirmam, além disso, sentir-se responsáveis pelo bem-estar material de suas mães e irmãos, sobretudo quando ocupando os primeiros postos na fratria e quando a figura masculina adulta – o pai e/ou outros parceiros da mãe – se revela ausente ou intermitente. O imperativo moral masculino em relação aos familiares, conjugado com as precárias condições materiais de existência, esclarece o perfil predominante entre rapazes de classes populares, sem filhos: permanecer morando na casa dos pais, trabalhar (ou melhor, auferir algum tipo de renda) e não estudar¹⁷.

As carreiras escolares femininas revelam-se descontínuas e pontuadas por repetências, com motivos coincidentes aos alegados pelos homens. Entre os rapazes, a evasão escolar tende a ser definitiva, mas entre as moças são mais frequentes as interrupções e voltas ao universo escolar. A tarefa de cuidar da casa e dos irmãos menores anuncia-se como uma razão importante, e exclusivamente feminina, para a evasão escolar: “Interrompi [os estudos]

¹⁶ Duarte (1986, p. 177) destaca que implícito na categoria de *obrigação* – que condensa os imperativos morais masculinos com relação à família – está contido o preceito de sua exterioridade em relação à casa.

¹⁷ Mesmo quando não inseridos formalmente no mercado de trabalho, os informantes auferiam algum tipo de renda com *bicos*. Alguns poucos entrevistados, incluindo-se aí pais adolescentes, declararam espontaneamente recorrer a furtos e roubos como forma de complementação de renda, o que coincide com achados de Cabral (2001), em estudo feito sobre jovens pais de camadas populares do Rio de Janeiro.

que a *mãinha* trabalhava. *Mãinha* tinha um monte de filhos e eu tinha que tomar conta deles todos. Então não tive tempo de estudar” (moça, 21 anos, solteira, 1 filho, classe popular, Salvador).

Classe social e gênero conformam as biografias ocupacionais passadas e presentes: a assunção precoce de papéis parentais elucidada, em parte, o fato de elas ingressarem no mercado de trabalho mais tarde do que os meninos (exceto quando alocadas como empregadas domésticas) ou de nunca terem trabalhado fora. A maioria dessas informantes auferia algum tipo de renda, e a distribuição entre aquelas que só trabalhavam e as que associavam trabalho e estudos é bastante homogênea. O perfil das mulheres entrevistadas, sem filhos e morando com familiares, contrasta com o masculino, este, sim, mais homogêneo. As dessemelhanças parecem reiterar o diferencial de gênero, característico dos meios populares, confirmando a interpretação da menor *exterioridade* das mulheres com relação à casa, mesmo quando engajadas no mercado de trabalho. Comparadas aos homens da mesma inserção social, um menor número de mulheres auferia renda própria, e um maior número encontrava-se na escola. As trajetórias femininas no mercado de trabalho são menos diversificadas que as masculinas: várias delas tinham se restringido a trabalhar como domésticas. Algumas informantes não estavam envolvidas em atividades fora do lar no momento da entrevista, o que sinaliza para *internalidade* do gênero feminino em relação à casa. O depoimento de uma entrevistada, que justifica seu não-engajamento em uma atividade profissional por conta de uma doença de sua mãe, é ilustrativo: “Eu tive que assumir uma responsabilidade muito grande. Eu não tive filhos, mas tenho que cuidar dos meus irmãos. Então, a responsabilidade é dobrada” (moça, 19 anos, noiva, sem filhos, classe popular, Rio de Janeiro).

O diferencial de gênero nas classes populares explicita-se ainda no modo como a família lida com a questão da sexualidade e no grau de autonomia, liberdade e privacidade que cada um deles desfruta na casa paterna. Sobre a vida afetiva e sexual dos adolescentes do sexo masculino recai um baixo controle; há indícios de que pais, mães e/ou outros parentes mais velhos patrocinam, quando não incitam, o exercício de sua sexualidade, inclusive dentro de casa. Um entrevistado relatou que sua mãe saía de casa para que ele pudesse manter relações sexuais com as meninas; outro contou que, aos 14 anos, sua mãe “comprou Playboy, o Fórum da Ele e Ela e dava pra gente ler lá em casa”; um terceiro, lembrando sua *primeira vez*, aos

12 anos, comentou: “Meu pai me pegou transando em casa, mas fingiu que não viu. Mas, pô, era a primeira vez do filho dele. Ele tinha que deixar...” (rapaz, 21 anos, separado, 4 filhos, classe popular, Rio de Janeiro).

Distinto é o destino das meninas de classes populares: várias informantes reclamam de uma vigilância estrita exercida sobre suas vidas afetivo-sexuais, que perdura, muitas vezes, para além da adolescência. O controle provém, sobretudo, dos homens: pais e irmãos mais velhos. Esse pacto intergeracional masculino pode engendrar, como resposta, uma *aliança entre mãe e filha* com vistas a driblar o controle masculino¹⁸. A relação entre mães e filhas nas classes populares não se aproxima, contudo, do modelo mais simétrico que vige na classe média abastada. As jovens populares caracterizam suas mães e/ou pais como *conservadores, fechados, antigos*, e um silêncio impera nos assuntos relativos à sexualidade e à biologia feminina em geral: várias moças lamentaram nunca ter sido informadas sobre ciclo menstrual.

Sumariando, a inserção precoce no mercado de trabalho e/ou o exercício vicário de funções maternas autorizam a conclusão de uma *precocidade da vida adulta* ou de *brevidade da adolescência* nas classes populares, sobretudo quando se toma as classes médias como parâmetro comparativo. Pode-se, assim, questionar a pertinência da idéia de *prolongamento da juventude* nesse contexto. De fato, parece mais adequado postular um *prolongamento da dependência e da reciprocidade entre todos os membros da família*. O peso do diferencial de gênero entre as classes populares – notável, em particular, quando se as compara com as camadas médias superiores – sugere que *enquanto a externalidade masculina compensa o prolongamento de seu tempo de permanência na casa paterna, a internalidade feminina se expressa na precocidade do status adulto pelo desempenho de funções na casa*. Acresce-se ainda que, mais do que ocorre com os rapazes, as adolescentes encontram-se submetidas a pressões contraditórias no que concerne ao exercício da sexualidade: enquanto a família tenta contê-lo, o grupo de pares (e os parceiros) o estimula. A situação é freqüentemente vivida sob a forma de conflito:

¹⁸ É digna de nota a justificativa dada por um rapaz para ter deixado a casa materna: “Eu brigava muito com a minha mãe por causa da minha irmã. Ela saía e, quando eu ia tomar alguma atitude, minha mãe se voltava contra mim. Aí eu achei melhor sair de casa” (rapaz, 22 anos, casado, 1 filho, classe popular, Rio de Janeiro).

Eu não tinha vontade de fazer sexo porque eu achava feio. Ouvia sempre minha mãe dizer: “isso é feio” [Mas] teve uma época que minhas colegas começaram a dizer que eu era virgem e começaram a me pressionar. Daí eu arrumei um cara pra ir, e daí eu pensei bem e não fui. Eu dispensei ele. (moça, 20 anos, solteira com união, 2 filhas, classe popular, Porto Alegre).

Pode-se propor, como hipótese, que as adolescentes populares constituem o agrupamento que, comparativamente aos outros, tem mais estímulos para querer deixar a casa paterna e/ou para assumir mais plenamente o status de *adultas*. Um depoimento, se bem que aludindo a uma decepção, ilustra a idéia:

Com três meses de casada eu já estava achando meu casamento um saco, porque eu saí da prisão que era minha mãe – mas que bem ou mal deixava eu ir e vir – e fui para uma prisão que era meu casamento. (moça, 22 anos, separada do primeiro casamento e em união consensual com o segundo, 1 filho, classe popular, Porto Alegre).

A parentalidade adolescente e suas conseqüências na trajetória escolar-profissional

Muitas das considerações sobre projetos e/ou percursos escolares e profissionais dos informantes que não foram pais e mães na adolescência são igualmente pertinentes para os que o foram. Cabe agora verificar se a parentalidade adolescente constitui experiência suficientemente significativa para estipular, no interior dos quatro grupos considerados, um diferencial relevante na carreira escolar e de trabalho. O procedimento adotado é a comparação dos depoimentos dos informantes e a avaliação de como, *no momento da entrevista*, se dava a inserção escolar-profissional dos pais e dos não-pais. Parte-se do pressuposto de que eventuais diferenças observáveis entre eles podem ser creditadas à parentalidade na adolescência. A localização dos sujeitos na estrutura social é fundamental para discriminar o impacto da parentalidade adolescente sobre suas biografias; mas os constrangimentos de gênero desempenham igualmente papel significativo.

O impacto reduzido da paternidade adolescente

A paternidade na adolescência pode apresentar pequeno impacto sobre a vida dos rapazes: a cena mais típica é povoada pelos casos em que eles decidem *não assumir* a gravidez e/ou a criança, negando-se a registrá-la e a comparecer no seu sustento. A justificativa mais comum é a desconfiança da real paternidade¹⁹: eles eximem-se de qualquer responsabilidade questionando a retidão moral da parceira e classificando a relação – às vezes, *ex-post-facto*, e não necessariamente coincidindo com a perspectiva da moça – como fortuita e estritamente sexual:

Ela dizia que me considerava namorado, mas eu não. Eu saía com ela, assim, normalmente quintas e sextas. A mãe dela veio me perguntar se eu era namorado dela. Eu falei que tava saindo, mas que não tinha nada de sério. Eu até disse pra ela que eu tinha outra namorada. (rapaz, 18 anos, namorando, sem filhos, classe popular, Rio de Janeiro).

Quando perguntado sobre o uso de camisinha com a moça, ele respondeu: “Às vezes, sim; às vezes, não”.

No universo investigado, há casos em que rapazes de classes médias negaram a paternidade, ou que dela desconfiaram; contudo, eles são mais recorrentes nas classes populares²⁰. Esse diferencial de classe pode ser creditado à inclinação, mais aguçada entre os informantes de classes populares, de considerar a contracepção como um *problema* das parceiras, sobretudo quando são ocasionais. A resposta típica quanto ao uso do preservativo nesse contexto é: “uso quando dá”²¹; muitos se dispõem, no máximo, ao coito

¹⁹ É muito freqüente a acusação ou interpretação autovitimizante masculina de que as mulheres *fazem filhos para prendê-los*. Ela atinge preferencialmente as parceiras ocasionais, mas não de maneira exclusiva.

²⁰ Nas palavras de um deles: “o normal dessas pessoas é sumir, não assumir”. Os testes DNA de paternidade estão mudando esse quadro e, sem dúvida já chegaram ao conhecimento das classes populares. Há relatos de casos em que a moça, ou sua família, aciona judicialmente o rapaz, forçando-o ao pagamento de uma pensão. Resulta daí que o próprio *sumiço* comporta gradações. É curioso, ainda, observar que o apelo aos testes de DNA contrasta, e convive, com outro recurso – usado sobretudo pelos homens de classes populares – para admitir, embora não necessariamente para *assumir*, a paternidade: a parença da criança recém-nascida com ele. Assertivas do tipo “quando ele nasceu eu não tive como recusar: ele era a minha cara” são comuns.

²¹ Os informantes, independentemente de sua inserção social, rejeitam o uso da camisinha; mas os das classes médias tendem a usá-la de modo mais sistemático *comparativamente* aos de classes populares.

interrompido (*botar* ou *jogar fora*) – método considerado responsável por um número significativo de crianças nascidas no universo investigado²².

A análise que se segue centra-se exclusivamente nas situações em que o rapaz decide *assumir* a gravidez e a criança; essas circunstâncias se dão nos casos em que há um reconhecimento por parte de ambos os parceiros de que o engravidamento se verificou num contexto de *relação* (namoro, noivado ou casamento). Mesmo restringindo as situações a serem examinadas, persiste uma notável heterogeneidade no tocante aos efeitos da parentalidade sobre as biografias juvenis, que, contudo, não impede a formulação de padrões gerais, melhor discriminados a partir do vetor classe social.

A paternidade adolescente nas classes médias ocasiona um impacto pequeno nos projetos e trajetórias escolar e profissional dos sujeitos. Ela não implica, de um modo geral, nem a suspensão dos estudos, tampouco a aceleração do ingresso no mercado de trabalho. Alguns informantes são explícitos a respeito: “[o nascimento da filha] não comprometeu nada: estudei um pouco menos do que eu estudaria, mas não comprometeu em nada minha formação” (rapaz, 22 anos, solteiro, 1 filha, classe média, Rio de Janeiro).

A avaliação é corroborada pela comparação do feitio das carreiras escolar e profissional dos rapazes pais com aqueles que não foram pais na adolescência. A maioria dos informantes pais auferia renda própria – e a proporção dos que se dedicavam exclusivamente ao trabalho e a dos que combinavam essa atividade com os estudos também revelou ser bastante similar nos dois grupos considerados. Há indicações de que *a paternidade na adolescência não constitui experiência significativa para modelar e elucidar os percursos educacionais e profissionais dos sujeitos*. Outras evidências suportam a conclusão: muito freqüentemente o engajamento dos jovens pais no mercado de trabalho precede o nascimento da criança ou se verifica muito depois dele²³. Os projetos de carreira são mantidos a despeito da experiência da paternidade e das responsabilidades materiais que ela implica. Tal como observado no grupo dos não-pais, a inserção profissional

²² Deve-se considerar que o número de gravidezes adolescentes nas biografias masculinas é subestimado, tendo em vista que o recurso ao aborto pode ser decidido pela moça e/ou sua família, sem o conhecimento ou consentimento prévio do rapaz. Alguns informantes contam que só souberam da gestação de parceiras, depois de ela ter sido intencionalmente interrompida. Uma entrevistada de classe média, sem filhos, especulou: “Já passou pela minha cabeça que, se eu ficasse grávida agora, eu tiraria o filho e nem contaria pra pessoa” (moça, 20 anos, solteira, sem filhos, classe média, Salvador).

²³ Por exemplo, um dos informantes de classe média, cuja filha tinha quatro anos, declarou que só agora ele estava começando a se responsabilizar pelos gastos com a criança; até então, a parcela de sua contribuição no sustento da filha era integralmente paga por sua mãe.

dos jovens pais articula-se e subordina-se às ambições profissionais futuras, e a renda auferida é, na maioria dos casos, insuficiente para garantir o próprio sustento e o da criança. Há um número significativo de pais adolescentes que não auferia nenhuma renda, em virtude da dedicação exclusiva aos estudos. Infere-se que são as famílias de origem que pagam as *contas* de uma paternidade adolescente. Nessas circunstâncias, a assunção da paternidade adquire, antes de tudo, um sentido *moral*: veja-se o caso de um jovem que dizia ser “legal você ter essa responsabilidade” (rapaz, 19 anos, solteiro, 1 filha, classe média, Rio de Janeiro), ainda que nunca tivesse trabalhado. Visto sob outro ângulo, quem supre, parcial ou integralmente, o hiato entre a assunção moral da paternidade e o suporte material da criança são os familiares de origem. Sua presença e apoio no cenário da gravidez e paternidade adolescente são cruciais. A preservação dos projetos educacionais e de carreira dos jovens pais é por eles possibilitada.

No que concerne às classes populares, a maioria dos informantes pais auferia algum tipo de renda por meio do trabalho, por intermédio de *empregos* (que, segundo a definição nativa, distingue-se de *trabalho*, por fornecer a tão ansiada *carteira assinada*), *bicos* ocasionais (mesmo quando desempregados) ou, em alguns casos, graças ao soldo do serviço militar. Comparativamente aos pais de classes médias, um maior número deles trabalhava, e uma proporção significativamente menor estudava. Essas diferenças são expressivas do impacto que os constrangimentos de classe, econômicos e culturais impõem às trajetórias escolar e profissional masculinas. Todavia, as evidências sugerem que a paternidade adolescente não é fator relevante para elucidar o modo como se organizam as carreiras escolar e profissional dos pais populares, haja vista as semelhanças com as trajetórias de estudo e trabalho dos não-pais.

São poucos os casos em que os informantes justificaram a suspensão ou a retomada dos estudos, ou ainda, o ingresso no mercado de trabalho por conta da notícia da gravidez e/ou do nascimento da criança. E, mesmo quando se noticiava alguma inflexão nessas carreiras, ela não era necessariamente atribuída apenas à paternidade:

A partir do momento em que eu vi que minha vida ia mudar, coisa mais séria, ser pai de família, eu procurei me interessar mais [pelos estudos]. E também minha mãe estava me pedindo muito pra eu voltar a estudar. Ela sempre disse que eu tinha que estudar pra ser alguém; pelo menos um pouco de alguém eu acho que eu sou hoje em dia. (rapaz, 24 anos, solteiro, 1 filha, classe popular, Salvador).

A experiência da paternidade pode repercutir nas trajetórias masculinas no sentido de realçar a necessidade de uma atitude mais compromissada em relação ao emprego, ou de buscar relações mais estáveis de trabalho. Contudo, as duras condições materiais em que vivem os rapazes de classes populares – expressas pelo desemprego, pela *obrigação* moral para com os familiares e também por suas reincidências na paternidade adolescente – faz com que, mesmo quando *assumindo* a criança, eles compareçam no seu sustento como podem, e quando podem. Estabelece-se, assim, mais uma coincidência entre esses jovens pais e os das camadas médias: o reconhecimento da paternidade pode passar antes por uma ordem *moral* do que pela atualização do papel de provedor. Nessas circunstâncias – nada incomuns – são também os familiares de origem que pagam, integral ou parcialmente, as *contas* de uma paternidade adolescente.

Em suma, tanto nas classes populares quanto nas médias, *o impacto dos constrangimentos de gênero e de classe social sobre as trajetórias escolar e de trabalho masculinas parece ser mais significativo do que a ocorrência, ou não, da paternidade na adolescência em suas biografias*. A relatividade dos efeitos dessa experiência sobre as carreiras dos rapazes fica ainda mais patente quando se consideram as implicações que a maternidade adolescente impõe sobre as carreiras femininas.

As variações sociais do impacto da maternidade adolescente

Mais da metade das mães adolescentes das classes médias não estudava e não trabalhava, e uma proporção ainda maior não auferia qualquer tipo de renda. Estar fora do universo escolar e de trabalho constitui sintoma da *internalidade feminina*, tendência aguçada quando se considera que o lazer fica bastante comprometido em virtude do nascimento da criança. Esse quadro justifica os lamentos de *solidão* e de *isolamento* tão freqüentes nos depoimentos das jovens mães. A proporção das mulheres que estudava era um pouco maior do que a das que trabalhavam fora. Pode-se supor que a maternidade nas camadas médias tende a afetar menos a carreira escolar *relativamente* à profissional. O fato de a grande maioria dessas mulheres não auferir renda própria no momento da entrevista coloca em relevo que a maternidade não apressa sua entrada no mercado de trabalho; pelo contrário, faz com que, ao menos por um tempo, elas passem a depender integralmente de outros para garantir sua subsistência material e a da criança.

Conclusões importantes sobressaem quando se compara a inserção escolar e profissional desse grupo de mulheres com a das que, pertencendo à mesma classe social, não experimentaram a maternidade na adolescência. Em nítido contraste com a situação das primeiras, a maioria das não-mães conciliava estudo e trabalho, e uma proporção ainda maior auferia algum tipo de renda. Essa configuração denota a menor *internalidade* em relação à casa comparativamente às jovens mães. Há fortes razões para creditar as diferenças entre os dois grupos de mulheres à experiência da maternidade adolescente. Nada sugere que houvesse entre elas uma distinção *prévia* com respeito a projetos educacionais e ambições de carreira. Os percursos escolares das jovens mães se processavam, até a gravidez ou o nascimento da criança, de modo linear e sem interrupções significativas, e também não há nos depoimentos indícios convincentes de que elas alocassem um valor menor na carreira profissional comparativamente às não-mães. *A maternidade na adolescência introduz, assim, um diferencial significativo no encaminhamento das trajetórias escolar e profissional das mulheres de classes médias.*

Há contrapontos importantes entre a maternidade e a paternidade adolescentes. O fato de os projetos e percursos dos jovens pais serem, *grosso modo*, preservados, sugere que a paternidade impõe um abalo menor nas trajetórias masculinas do que a maternidade sobre as femininas. Essa disparidade assume um sentido especial, e talvez exacerbado, quando se assinala que não há, nas camadas médias, uma distinção digna de nota no tocante às ambições educacionais e profissionais femininas e masculinas. Em outras palavras, a indistinção das inserções escolar-profissional de homens e mulheres que não foram pais na adolescência torna ainda mais salientes as diferenças observáveis nas carreiras femininas e masculinas dos jovens que experimentaram a parentalidade nessa etapa da vida. Evidencia-se, assim, o quanto a experiência da parentalidade é marcada por um diferencial de gênero nos percursos juvenis.

Entretanto, deve-se considerar que as alterações acarretadas pela maternidade nas carreiras femininas podem ser apenas temporárias. Há, no universo investigado, casos de mulheres que tinham retomado suas atividades escolares e/ou de trabalho algum tempo depois do nascimento da criança. Esta volta era, em parte, possibilitada pela ajuda de familiares e de empregadas domésticas. Contudo, tal apoio não elimina os custos com que essas moças se defrontam na tentativa de conciliar as atividades fora do lar com as funções maternas. Essas dificuldades raramente aparecem nos depoimen-

tos masculinos. Uma condição importante para que a retomada dos estudos se processe de forma mais sistemática, e suas carreiras apresentem, mais adiante, um sentido persistente, ascendente e cumulativo é, precisamente, a não-reincidência em experiências *inesperadas* (tal como costuma ocorrer na primeira gravidez) de maternidade na adolescência. E há fortes indícios de que a experiência da maternidade nesses estratos sociais (e o mesmo vale para os rapazes, ainda que em menor grau) introduz efetivamente uma inflexão nas trajetórias anticoncepcionais²⁴: elas não só passam a se prevenir contra gestações não-programadas, como também tendem a exigir, de forma mais determinada, o uso do preservativo masculino (sobretudo com parceiros ocasionais). A maternidade adolescente nos estratos médios parece ser um evento mais episódico (o que não quer dizer menos dramático) na biografia dessas mulheres. Pode-se aventar que as expectativas de carreira estejam entre os fatores que previnem a reincidência das informantes das classes médias na experiência de GA.

Coincidências sobressaem quando se compara o modo como se organizam as carreiras escolar-profissional das mães das classes médias com as das classes populares. Tal como assinalado para as primeiras, a maioria das jovens mães populares não estudava e não trabalhava, e uma proporção ainda maior não auferia nenhum tipo de renda. Essas similaridades entre os dois grupos de mulheres parecem indicativas de que *a maternidade constitui experiência suficientemente significativa para elucidar o modo como se estruturam as carreiras escolar e profissional das jovens mães, a ponto de subordinar, inclusive, os constrangimentos e especificidades de classe*²⁵.

A repercussão imposta pela maternidade nas carreiras femininas das classes populares é confirmada quando são comparadas com as das mulheres que, pertencendo à mesma classe social, não experimentaram a maternidade na adolescência. Em contraste com as jovens mães, a maioria daquelas, além de auferir algum tipo de renda no momento da entrevista, encontrava-se inserida no universo escolar. Deduz-se que *a maternidade adolescente também introduz um diferencial importante no encaminhamento*

²⁴ Nessa questão específica, *o contraponto exemplar às mulheres de classes médias consubstancia-se nos homens de classes populares*.

²⁵ Algumas pequenas diferenças despontam entre os dois grupos, e podem, muito possivelmente, ser creditadas à classe: uma proporção maior das mulheres de classes médias estudava comparativamente às outras; e enquanto algumas informantes de classes populares *trabalham e não estudam*, nenhuma das de classes médias apresentava essa condição.

dos percursos escolar-profissional das mulheres de classes populares. E o faz retirando as jovens mães de um espaço mais público, acirrando a *internalidade* em relação à casa; são constantes, entre as mães populares, as queixas com respeito à *solidão* e ao *isolamento*.

A notável diferença entre os dois grupos de mulheres de classes populares com respeito às suas inserções escolar-profissional contrasta com as significativas similaridades entre as dos pais e não-pais. Reitera-se, também por essa via, o impacto mais significativo da maternidade do que da paternidade sobre as carreiras juvenis na classes populares. Tendo em vista que essa conclusão aplica-se também às camadas médias, pode-se postular que as restrições que pesam sobre as mães adolescentes são bem mais significativas do que aquelas que afetam seus parceiros, independentemente de suas inserções sociais particulares.

O impacto da maternidade sobre as carreiras femininas não é equivalente quando se compara pelo prisma da classe social. O abalo que a experiência impõe sobre as trajetórias sofre retraduições importantes. A maternidade nas classes médias convulsiona projetos e trajetórias escolares, que, até então, se processavam de modo linear e sem interrupções significativas. O mesmo não ocorre nas classes populares: as carreiras escolares nestas apresentam caráter mais errático, tendo em vista que as sucessivas entradas e saídas da escola antecedem amplamente a maternidade. Tal experiência desponta como mais um, entre tantos outros motivos, que imprimem um sentido inconsistente às trajetórias.

Será que a maternidade nas classes populares detém, frente a esses outros motivos, alguma especificidade no sentido de provocar a evasão escolar definitiva? Alguns casos, no universo investigado, ilustram essa possibilidade. Eles são mais prováveis nas situações em que a inserção feminina no mercado de trabalho revela-se imperiosa, em virtude, muitas vezes, do desemprego de seus parceiros. A dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho e, mais ainda, dessas atividades com as responsabilidades domésticas e maternas, complica ou impossibilita a retomada da carreira escolar. Algumas informantes tendem a eclipsar essas considerações, atribuindo a suspensão definitiva dos estudos fundamentalmente à(s) gravidez(es). O depoimento abaixo provém de uma mulher que experimentou a maternidade na adolescência por duas vezes com um mesmo parceiro; a renda familiar provinha exclusivamente dela: “Muita coisa na minha vida, por causa dessa gravidez, mudou. Quem sabe se eu não tivesse engravidado,

eu não estaria estudando e teria outra vida hoje” (moça, 24 anos, solteira em união, 2 filhos, classe popular, Porto Alegre).

Um número não-desprezível de mulheres justifica o não-estudar e/ou trabalhar alegando resistência, quando não proibição, dos parceiros com seu envolvimento nessas atividades: “Ele não me diz por quê; diz que não precisa” (moça, 20 anos, solteira com união, 2 filhas, classe popular, Porto Alegre); “[ele] não gostava que eu fosse à escola grávida” (moça, 22 anos, separada do 1º casamento e em união consensual com o 2º, 1 filho, classe popular, Porto Alegre)²⁶. Uma outra, referindo-se ao primeiro parceiro, que foi assassinado, comenta:

Ele não deixava eu sair pra trabalhar. Quando eu ia, ele ficava ligando pro meu serviço, dizendo que ia me apanhar. Teve uma vez que eu desci do elevador com o filho da minha patroa e ele me agrediu e agrediu o filho da minha patroa. Aí ela me mandou embora. (moça, 22 anos, solteira, 1 filho, classe popular, Rio de Janeiro).

Há vários exemplos de informantes de classes populares que sustentam planos de voltar a estudar, e, embora em menor número, há algumas concretizações nesse sentido. Mas deve-se considerar que um dos fatores que dificulta a retomada mais sistemática e consistente é que, comparativamente às mulheres de classes médias, são mais recorrentes as *reincidências das informantes populares em outras experiências de maternidade adolescente inesperadas* – seja com o mesmo parceiro, ou com parceiros diferentes –, que promovem novas interrupções nas suas carreiras escolares. A situação pode ser exemplificada com o caso, não extraordinário, de uma informante que interrompe os estudos em virtude de sua responsabilidade no cuidado da casa e dos irmãos; retoma-os mais tarde; abandona-os na primeira gravidez; volta a estudar quando o filho faz três anos para interrompê-los novamente ao

²⁶ Vale aqui fornecer uma das versões masculinas para justificar uma divisão de gênero mais segregada: “A mãe da minha filha nunca trabalhou. Eu nunca pedi para que ela me ajudasse nas despesas, porque eu acho que *a mulher sofre mais*: ela sofre na hora que o cara coloca nela, que o cara goza nela, a mulher sofre nove meses: sente enjoão, às vezes não se alimenta direito, às vezes quer comer coisa que não é pra comer, carrega um peso danado na barriga por nove meses. Vai pro hospital e torna a abrir as pernas de novo, os médicos pegam nela pra lá e pra cá, leva alguns pontos. A criança leva uns dois anos mamando, e ela vai ter que criar a criança pro resto da vida. A mãe sofre mais do que o pai. É por isso que, na minha vontade, a mãe da minha filha pode ficar o resto da vida sem trabalhar, *e só eu assumindo*” (rapaz, 24 anos, solteiro, 1 filha, classe popular, Salvador).

saber-se grávida do segundo²⁷. O fato de as crianças subseqüentes não serem planejadas, na maioria dos casos, constitui também evidência de que a experiência da maternidade não impõe necessariamente mudanças nas trajetórias anticoncepcionais²⁸. Essas trajetórias revelam serem mais afetadas quando comparadas às masculinas da mesma classe, e também em relação às das informantes de classes médias, ainda que em menor grau nesse caso.

Pode-se indagar em que medida a ausência de uma perspectiva profissional futura, associada à uma escolaridade errática, fomentam a reincidência de gravidez na adolescência e/ou a impermeabilidade relativa de suas trajetórias anticoncepcionais frente à experiência da primeira maternidade. Diante dessas condições, nem uma eventual gestação na adolescência, nem sua reincidência, são encaradas como problemas contra os quais elas devem se prevenir. Em contraste, o caráter mais consistente das perspectivas profissionais e dos percursos escolares das mulheres das classes médias pode funcionar como antídoto contra eventuais gravidezes na adolescência. Os depoimentos de informantes de classes médias sem maternidade são ilustrativos:

Se eu tivesse um filho agora, pra mim seria total desvantagem. Quando eu fico sabendo que alguma amiga tá grávida, eu fico arrasada! Porque atrapalha a vida, você deixa de estudar. Por exemplo, eu tenho um projeto de vida agora. Eu quero viajar, eu quero fazer meu curso. Se eu tivesse um filho, aí não poderia fazer isso. Você limita sua vida. Então eu acho muito cedo pra isso. (moça, 20 anos, solteira, sem filhos, classe média, Salvador).

Quase todas as minhas amigas já são mães. Não vou falar que acabou com a vida delas, porque filho não acaba com nossa vida. Mas deu uma suspensão legal em relação ao tempo. Algumas pararam de estudar, outras de trabalhar, ficaram dependendo de pai, algumas viraram donas de casa. Eu acho que *o que eu mais tenho medo na vida é virar dona de casa em tempo integral: não quero desistir dos meus sonhos no meio do caminho*. (moça, 22 anos, solteira, sem filhos, classe média, Rio de Janeiro).

²⁷ As mulheres das classes médias tendem a interromper estudos e/ou trabalho em um estágio avançado de gravidez, ou com o nascimento, ao passo que as de classes populares tendem a fazê-lo bem mais cedo.

²⁸ A lógica assimétrica que governa a relação de gêneros nas classes populares também elucida, em parte, a impermeabilidade relativa das trajetórias anticoncepcionais femininas à experiência da maternidade adolescente. As entrevistas realizadas são sugestivas de que as informantes populares dispõem, comparativamente às de classes médias, de um menor poder de barganha para exigir o uso do preservativo por parte de seus parceiros, incluindo-se, aí, os *fixos*.

Mas voltemos às mães de classes populares. Um outro fator neutraliza igualmente a retomada sistemática do estudo e do trabalho: as próprias concepções de gênero. A ausência de perspectivas profissionais promissoras elucida o fato de que, para algumas delas, a internalidade em relação à casa se afirme como *valor* (cf. Salem, 1981). O depoimento abaixo é de uma mãe de três crianças, com três parceiros diferentes, que sempre trabalhou como doméstica. Ela morava com a mãe, tia e irmãos, aguardando a construção da casa por parte de um outro parceiro, pai do quarto filho que ela estava esperando. Contrastando com o *medo de virar dona de casa em tempo integral*, enunciado por mulheres de classes médias (cf. última transcrição), a informante justifica o porquê de ela não estar trabalhando, nem estudando: “Eu *cansei* de trabalhar e de estudar. Chegar do trabalho correndo e ir pro colégio correndo...” (moça, 20 anos, mora com o companheiro, 3 filhos e grávida do 4º na época da entrevista, classe popular, Salvador).

Considerações finais

Este artigo procurou apontar o caráter indissociável da articulação entre classe social e gênero na compreensão do fenômeno da GA. Entretanto, ao pretender escapar do essencialismo contido na classificação etária, não se deve, por outro lado, deixar-se aprisionar em novas determinações, que tomam como estáticas as condições de classe e de gênero. Mais do que articular, é mister que se contextualize o emprego dessas categorias sociais, uma vez que não operam sempre da mesma forma. O diferencial de gênero é um demarcador fundamental na modulação das biografias no que tange à experiência da parentalidade. Todavia, as condições materiais de existência desempenham um papel importante nas histórias desses jovens em termos dos desenlaces possíveis para as trajetórias escolar e profissional.

Em suma, pode-se postular que, tanto nas classes médias quanto nas populares, a paternidade adolescente impacta pouco nos percursos escolares e de trabalho masculinos. A relatividade dessas conseqüências se deve a fatores distintos, como diversos são os modos de manifestação em cada um dos contextos. Nos estratos médios, o fenômeno é atestado na preservação dos projetos e percursos educacionais e de carreira dos sujeitos a despeito da ocorrência da paternidade. Entre os populares, o pequeno impacto da experiência deriva do fato de que as inflexões mais significativas nessas carreiras são produzidas por fatores que antecedem, em muito, a paternidade adolescente. Visto sob outro ângulo, a *exterioridade* ou *expulsão* dos rapazes de classes populares com re-

lação à casa tende a preceder a eventual ocorrência de uma paternidade adolescente na biografia. Já nos estratos médios, o fenômeno da exterioridade masculina aparece menos vigoroso: ele é contrabalançado pelo *prolongamento de sua juventude*, mesmo quando advém a paternidade.

Por sua vez, a maternidade adolescente nas classes populares não apressa o ingresso dessas mulheres no mercado de trabalho. Torna-as, ainda que provisoriamente, mais dependentes de outros – parceiros, familiares ou ambos – para garantir sua subsistência e a da criança. Quando seus parceiros *assumem* a criança em um sentido não meramente verbal, estipula-se uma complementaridade entre a internalidade feminina e a externalidade masculina. Essa divisão de trabalho mais segregada entre os gêneros, mesmo que temporariamente instalada, impõe um peso considerável sobre os ombros masculinos. Deduz-se que as repercussões impostas pela maternidade nas carreiras femininas também têm, sob esse ponto de vista, significativas implicações nas masculinas. Contudo, as adversas condições de classe fazem com que os jovens pais populares raramente consigam arcar sozinhos com o peso das novas responsabilidades. É justamente aí que, tal como se verifica entre as classes médias, o comparecimento dos familiares de origem revela-se fundamental. Porém é fato que esses personagens atuam no drama de uma paternidade adolescente muito antes do nascimento da criança, fazendo mais do que pagar, parcial ou integralmente, *as contas*.

Assim, buscou-se abordar, neste texto, as conseqüências da parentalidade nas trajetórias escolar e profissional de jovens de ambos os sexos, com distintas inserções sociais, de forma a introduzir novos elementos para a análise desse *problema* social. Outros aspectos, tais como os (re)arranjos domésticos deflagrados pela GA, ou, ainda, seu impacto sobre as vidas social e afetiva dos jovens, serão contemplados oportunamente.

Referências

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ATTIAS-DONFUT, C. *Génération et âges de la vie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

BÉJIN, A. O casamento extraconjugal dos dias de hoje. In: ARIÈS, P.; BÉJIN, A. (Org.) *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 183-193.

- BEMFAM. *Adolescentes, jovens e a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde: um estudo sobre fecundidade, comportamento sexual e saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro, 1999.
- BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: BERQUÓ, Elza. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 411-438.
- BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOZON, M., ENOCH, E. Brésil: la transition démographique rapide d’un pays hétérogène. *Population et Sociétés*, n. 345, avril 1999.
- BOZON, Michel; HEILBORN, Maria Luiza. Iniciação sexual no Rio de Janeiro e em Paris. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 59, mar. 2001.
- BRANDÃO, E. *Gravidez na adolescência: juventude contemporânea e laços familiares*. Projeto de Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)–Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- CABRAL, C. S. *Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)–Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- CAMARANO, A. A. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998a. v. 1.
- CAMARANO, A. A. Fecundidade e anticoncepção da população de 15-19 anos. In: VIEIRA, E. M. et al. (Org.). *Seminário gravidez na adolescência*. São Paulo: Associação Saúde da Família, 1998b.
- CASAL, J. Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precaridad y desestructuración. In: PAIS, J. M.; CHRISHOLM, L. (Org.). *Jovens em mudança: actas do Congresso Internacional Growing up between Centre and Periphery*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1997.
- DUARTE, L. F. D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- GALLAND, O. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin, 1997.

- HEILBORN, M. L. Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada. *Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, 1993.
- HEILBORN, M. L. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção da identidade. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- HEILBORN, M. L.; BRANDÃO, E. Ciências sociais e sexualidade. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- HEILBORN, M. L.; BOZON, M.; AQUINO, E.; KNAUTH, D. *Por uma abordagem socio-antropológica dos comportamentos sexuais e reprodutivos da juventude no Brasil: a construção da pesquisa GRAVAD*. 2001. No prelo.
- LONGO, L. A. F.; RIOS-NETO, E. L. G. *Virgindade matrimonial e iniciação sexual: uma análise temporal*. Trabalho apresentado ao XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, 1998.
- MELO, A. V. *Gravidez na adolescência: uma nova tendência na transição da fecundidade no Brasil*. Trabalho apresentado ao X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, 1996.
- PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- PARKER R. G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.
- SALEM, T. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- SOUZA, M. M. C. A maternidade nas mulheres de 15 a 19 anos como desvantagem social. In: VIEIRA, E. M. et al. (Org.). *Seminário gravidez na adolescência*. São Paulo: Associação Saúde da Família, 1998.